

## INTRODUÇÃO

Em Santa Maria, RS, a exemplo do Brasil como um todo, ocorreu a valorização de espaços urbanos, principalmente no centro da cidade e seus arredores, ocasionando o afastamento de muitas pessoas pobres para as chamadas áreas de riscos e outros locais públicos. Foi assim que na década de 1970 um grupo de moradores de baixa renda ocupou uma localidade no bairro Camobi (uma estrada), nesse município, chamada Vila Brasil.

Por mais de 20 anos residiram ali, em precárias condições de vida (moradias deficitárias, saneamento básico inexistente, trabalho árduo e renda não atingindo, à vezes, nem mesmo meio salário mínimo), e construíram a sua história. Essa história estava (e ainda está) expressa na própria fisionomia desses moradores decorrente de sua luta diária pela sobrevivência. Isto é, tantos os moradores jovens quanto os adultos parecem serem de mais idade. Muitas pessoas parecendo terem a idade de 30 a 40 anos, verificou-se que estavam na faixa etária de 20 a 25 anos.

Esses moradores, no ano de 2004 foram retirados do local pela prefeitura municipal de Santa Maria que os levou até a Vila Maringá, onde estão residindo atualmente no Loteamento Paróquia das Dores. Portanto, no presente trabalho analisou-se essas duas etapas: o contexto dos moradores na Vila Brasil em 2003 e o contexto atual dos mesmos, no Loteamento Paróquia das Dores, na Vila Maringá. Dessa maneira, fez-se necessário localizar ambas as vilas em relação ao município de Santa Maria, conforme a figura 1, p.11.

Sendo assim, o objetivo geral do trabalho foi realizar uma comparação das condições socioeconômicas dos moradores da Vila Brasil, quando residentes nesta localidade no ano de 2003, e sua condição atual no Loteamento Paróquia das Dores, na Vila Maringá. Os objetivos específicos do trabalho foram os seguintes:

- Situar a Vila Brasil no contexto da urbanização de Santa Maria;
- Abordar as causas da transferência dos moradores para a Vila Maringá;
- Realizar um levantamento das condições socioeconômicas dos moradores da Vila Brasil quando transferidos para a Vila Maringá;
- Verificar se a transferência dos moradores da Vila Brasil para o Loteamento Paróquia das Dores, na Vila Maringá, melhorou ou não as suas condições de vida.

Em relação à metodologia do trabalho, primeiramente fez-se uma revisão bibliográfica de livros que tratam acerca da urbanização brasileira, questões de moradia e condições socioeconômicas gerais. A seguir o trabalho se desenvolveu em duas etapas:

Na primeira etapa que foi realizada em abril de 2003 aplicou-se um questionário aos moradores da Vila Brasil com 22 perguntas, que versou sobre as seguintes questões: idade do casal; número de filhos por família; número de pessoas residentes em cada casa; quantidade de peças e quartos na casa; número de pessoas registradas; tipo de material usado na construção da casa; fonte de energia utilizada nas casas; se há ou não fossas cloacais nas casas; o destino do lixo; qualidade da água; doenças mais freqüentes na família; forma de abastecimento da água; iluminação pública; segurança; associação de bairro; freqüência à escola pelas crianças; nível de instrução do casal; meios de comunicação; palestras na Vila; número de pessoas por família que exercem atividades remuneradas; desempregados; renda da família; e procedência do morador. O questionário abrangeu todas as famílias residentes na Vila Brasil, no total de 46.

Na 2ª etapa do trabalho, realizada em junho de 2006, aplicou-se o mesmo questionário a esses moradores transferidos para a Vila Maringá, com apenas algumas alterações. Essas famílias foram

---

\* Esta etapa da pesquisa contou com a colaboração do acadêmico Rogério Marques Silva e da professora Vilma Figueiredo. A professora Vilma ajudou fazer o questionário e o Rogério ajudou aplicá-lo aos ex-moradores da Vila Brasil em 2003, contribuindo também com a exposição de idéias acerca da primeira etapa do trabalho.

transferidas para o Loteamento Paróquia das Dores, na Vila Maringá, pela prefeitura municipal de Santa Maria no ano de 2004. Portanto, a Vila Brasil não existe mais, pois todas as pessoas saíram do local.

Dessa vez, porém, não foram entrevistadas todas as famílias que residiam na Vila Brasil visto que das 46 famílias apenas 30 foram residir na Vila Maringá. Dessas 30 famílias foram entrevistadas 27 porque duas famílias não responderam e a outra não foi encontrada em casa.

No que se refere às alterações do questionário, pode se dizer que foram realizadas com a finalidade de torná-lo mais completo e objetivo. Por isso, na variável que tratava acerca dos desempregados na família foi acrescentada a seguinte pergunta: Quantos desempregados? Acrescentou-se uma variável que questiona acerca de qual atividade remunerada a família desenvolve. Retirou-se a variável que se referia sobre a procedência dos moradores, visto que já se sabia de antemão que vieram da Vila Brasil. E, por fim acrescentou-se, ainda, uma variável que interrogava os moradores se a saída deles da Vila Brasil para a Vila Maringá melhorou ou piorou as suas condições de vida. Também foram elaborados quadros das variáveis levantadas a fim de interpretação e correlação dos resultados. Ambos os questionários encontram-se em anexo.

Além da aplicação do questionário, na segunda etapa do trabalho realizou-se uma visita à Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária do município de Santa Maria, onde foi entrevistado o Sr. João Rocha, chefe de equipe de regularização fundiária através de um diálogo. Nesse diálogo, comentou-se acerca do projeto que originou o Loteamento Paróquia das Dores na Vila Maringá; acerca da procedência de todos os moradores desse loteamento; acerca do custo das residências para os moradores, entre outros aspectos.

## **CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **1.1 - Características do processo de urbanização e seus impactos sociais**

Na sociedade capitalista, quem dita as “regras do jogo” é o capital. Dessa maneira todas as coisas giram em torno dele. Sendo assim, o próprio espaço geográfico sofre as influências da operação do capital. Tais influências podem ser percebidas na forma segregada de organização das cidades, evidenciando muito bem a o modo capitalista de desenvolvimento, caracterizado pela divisão de classes. Esta divisão torna-se explícita quando se analisa a atual paisagem urbana, onde as cidades obedecem a um padrão organizacional que condiz muito bem ao sistema no qual estão inseridas. Sendo assim, CORRÊA (1989) comenta que o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado e que o mesmo é um reflexo da sociedade. Por isso o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes.

Esse padrão organizacional evidencia a divisão das cidades em centro e periferia, sendo que essa última irá abrigar a grande maioria da população excluída pelo sistema. Esse fenômeno de segregação do espaço pode ser mais bem observado nos grandes centros, ou seja, naquelas cidades que exercem influência numa determinada região, no que diz respeito à prestação de serviços. Segundo ROLNIK (1988, p.85): “A cidade capitalista aponta para alguns pontos essenciais do seu desenvolvimento: A privatização da terra e da moradia, a segregação espacial, a intervenção reguladora do estado, a luta pelo espaço”. No centro ficam os bancos e o centro comercial, é onde circulam os serviços e o capital que irá movimentar a cidade, enquanto que a periferia será relegada à marginalização e ao distanciamento das atividades de emprego e educação.

O processo de urbanização dos países subdesenvolvidos lhes trouxe a desigualdade e a diferenciação interna do espaço urbano. É nesse contexto que SANTOS (1998) ressalta que, há no espaço geográfico como um todo, pontos privilegiados.

Esses pontos privilegiados do espaço, comentado por Milton Santos, podem ser considerados as áreas centrais do espaço urbano, as quais detêm o poder econômico, social e político de um

determinado espaço geográfico, seja um país, um estado ou um município. E se há pontos ou áreas privilegiadas com certeza também há pontos ou áreas excluídas. Essas são os locais que não oferecem atrativos para o capital realizar a sua reprodução, ou seja, não oferecem lucros imediatos nem mesmo a curto e longo prazo. Por isso, ficam relegadas a segundo plano em relação a investimentos de capital.

O Brasil, caracterizado também como um país subdesenvolvido, sofreu os reveses de uma desigualdade e diferenciação interna do espaço urbano, provocado pela seletividade do capital. Tal diferenciação do espaço urbano, provocado pela valorização de uma parte do mesmo e por uma desvalorização da outra parte, provocou uma série de problemas sociais, dentre os quais pode-se citar a origem das favelas. Sendo assim, RODRIGUES (1997) comenta que:

Muitas vezes, quando a valorização do lugar faz aumentar em demasia o preço da terra e os impostos, parte daqueles que lutaram por esta transformação são, pela impossibilidade de pagar estas taxas, “empurrados” para mais longe, para recomeçar a produção social da cidade em outro lugar e de novo propiciar a apropriação de renda por apenas uma parcela, na qual não está incluído.

Assim, historicamente, o processo de urbanização e o conseqüente crescimento populacional sempre foram acompanhados de diversos problemas, dentre os quais pode-se citar o crescente número de favelas que se torna preocupante, na medida em que não são notadas mudanças nesse quadro. Um dos principais problemas a serem enfrentados em nossos dias, é a forma pela qual as cidades brasileiras vêm sendo transformadas no espaço. Não só as grandes cidades, mas também pequenas e médias, tem enfrentado problemas quanto à questão da organização e disposição das mesmas.

Existe uma grande parcela da população brasileira que não dispõe de outra opção, a não ser ir morar na periferia. Os altos preços do mercado imobiliário, principalmente em relação a áreas urbanizadas, aliados à falta de empregos, e o conseqüente baixo poder aquisitivo dessa população, fazem com que o processo de favelização acentue-se cada vez mais. Sem condições de arcar com o alto custo das habitações regulares, grande parte da população de baixa renda, se vê excluída do mercado imobiliário legal e busca meios alternativos de moradia. Assim, RIBEIRO & AZEVEDO (1996, p.116) fazem a seguinte discussão:

Enquanto for estreita a oferta de terras urbanizadas, produzir-se-á uma escassez social de solos disponíveis para a construção com conseqüências sobre o seu preço. O resultado será, necessariamente, a segregação social gerada pela disputa pelo acesso aos espaços da cidade nos quais as condições urbanas de vida são melhores. A organização da cidade torna-se, então, um poderoso mecanismo de amplificação das desigualdades sociais já existentes.

Como já se ressaltou anteriormente, a valorização de algumas áreas privilegiadas da cidade, numa determinada sociedade, e a conseqüente marginalização de quem não tem renda suficiente para adquirir tais locais para morar, é fruto da reprodução do capital. Dessa maneira, pode-se citar CARLOS (1990, p.41) quando a autora faz o seguinte comentário:

O modo como a sociedade vive hoje é determinado pela forma como o capital se reproduz em seu estágio atual de desenvolvimento. Isto quer dizer, também, que o trabalhador não foge ao “controle” do capital nem quando está longe do local de trabalho, pois o espaço da moradia tende a subjugar-se às necessidades e perspectivas da acumulação do capital. Por outro lado, o trabalhador também terá possibilidades limitadas de escolha do lugar de morar.

Uma das saídas para o governo brasileiro, no que se refere a sanar os problemas de moradia, decorrentes da valorização dos lotes urbanos e do afastamento da maioria da população de baixa renda para as periferias da cidade, é a construção de casas populares através de projetos de loteamento. Por

meio desses projetos as pessoas que moram, por exemplo, em lugares insalubres e áreas de riscos conseguem habitações melhores, embora populares. Sendo assim, CORRÊA (2004, p.63) diz que:

A intervenção do Estado, quer direta, quer indiretamente, se torna necessária. Indiretamente, através do financiamento aos consumidores é às firmas construtoras, ampliando a demanda solvável e viabilizando o processo de acumulação capitalista. Diretamente, através da construção, pelo próprio Estado, de habitações.

Em relação à habitação popular, PERUZZO (1984) comenta que a casa própria é muito importante na sociedade capitalista e que para o trabalhador brasileiro, por exemplo, representa a principal aspiração. O mesmo autor continua ressaltando que a habitação popular é, para o Estado, um instrumento de controle social e um meio de legitimar o regime e de criar condições para a reprodução do capital.

Porém, seja por aspiração própria ou por interesses do Estado, a moradia é necessária para qualquer pessoa ou grupo social, pois é através dela que as pessoas realizam as relações sociais, as quais são fundamentais para o crescimento de qualquer indivíduo. Sendo assim, RODRIGUES resalta que:

De alguma maneira é preciso morar. No campo, na pequena cidade, na metrópole, morar como vestir, alimentar, é uma das necessidades básicas dos indivíduos. Historicamente mudam as características da habitação, no entanto é sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar espaço.

## **1.2 – Problemas de moradias e políticas públicas em Santa Maria, RS.**

No que se refere ao processo de urbanização de Santa Maria, pode-se afirmar, a exemplo do Brasil, que o mesmo ocasionou uma segregação espacial, isto é, uma separação de locais, dentro do município, mais valorizados que outros. Tal processo deu origem ao encarecimento dos lotes urbanos e o consequente afastamento, para os locais mais afastados do centro, das pessoas que não tinham renda suficiente para adquiri-los.

Dessa forma, as áreas de riscos e outros locais públicos passaram a ser ocupado pelas pessoas mais pobres. Assim, RIBEIRO & AZEVEDO (1996, p.242) comentam que:

Para resolver o problema de moradia, as populações pobres geraram assentamentos de configuração espontânea, autoconstruindo casas e urbanizando espaços. Favelas, loteamentos irregulares, ocupações planejadas de terrenos vazios proliferam na paisagem urbana.

O município de Santa Maria apresenta problemas graves de moradia. Assim, BOLFE (2001) comenta que “a problemática que envolve a questão da moradia e da regularização fundiária é um fato muito antigo em Santa Maria, chamada “Cidade das Invasões”, devido às várias ocupações que se estendem desde a década de 60 e 70”.

Os problemas de moradia em Santa Maria são provenientes do processo de expansão urbana o qual ocasionou o surgimento de muitos espaços ociosos com o intuito de valorização dos lotes urbanos por parte dos detentores do poder econômico. Isto é, há uma quantidade muito grande de terrenos baldios nas áreas nobres e arredores das mesmas, com o consentimento do governo do município para fins de especulação imobiliária.

Enquanto ocorre a valorização desses espaços ociosos, o déficit de moradia cresce no município de Santa Maria. Como as pessoas de baixa renda não conseguem ocuparem esses espaços ociosos, por falta de recursos financeiros, são obrigadas a se direcionar para as periferias do município e ocupar os espaços públicos ou as áreas de riscos. Tais ocupações se sucedem, como vimos, em decorrência das necessidades das famílias carentes, as quais não têm condições financeiras para pagar aluguel ou

comprar uma casa nas áreas servidas pelos serviços de infra-estrutura. Assim, URRUTIA (2002, p.17) ressalta que:

A população de baixa renda, desprovida de casa própria, morando com parentes ou de aluguel e por falta de opções acaba invadindo e demarcando eles mesmos os lotes urbanos. Passando, após o cercamento do terreno, à longa tarefa de edificação da moradia, que sempre possui aspecto inacabado. Seus moradores, geralmente são trabalhadores informais, biscateiros e faxineiros, casados e com vários filhos, e que buscam, através de associações de moradores, reivindicações que são direitos básicos dos cidadãos: legalização dos lotes e infra-estrutura para a área invadida – o direito de habitar decentemente.

Nesse contexto, inserem-se os ex-moradores da Vila Brasil, os quais, na década de 70, se deslocaram até a Estrada do Amaral, no bairro Camobi. Esse local, porém, não poderia ser ocupado por ser o cruzamento de uma estrada, ou seja, uma área pública. Mas fizeram essa ocupação por uma questão de necessidade, pois não tinham condições financeiras para arcar com os altos custos do mercado imobiliário. Ainda em relação à valorização dos terrenos, pode-se citar PERUZZO (1984) quando ele faz o seguinte comentário:

A estocagem de terrenos urbanos que ocorre concomitantemente com o intenso crescimento da população urbana faz com que os preços dos lotes se tornem mais altos e, assim, escasseiem. Esta dinâmica faz com que as classes subalternas se localizem na periferia, fazendo a cidade crescer em extensão, bem como aumentar a população favelada.

Devido à inserção nesse processo de marginalização, os ex-moradores da Vila Brasil foram alcançados com um projeto de moradias populares. Tal projeto refere-se a uma política pública chamada Programa Habitar – Brasil do Governo Federal. Segundo BOLFE (2001) o referido projeto também atende, em Santa Maria, a Nova Santa Marta, e a área do Km 2, ocupada desde o ano de 1999.

Através desse projeto as famílias provenientes da Vila Brasil foram residir, em 2004, no Loteamento Paróquia das Dores, na Vila Maringá, juntamente com outras famílias oriundas de áreas de riscos e também de áreas de preservação do município de Santa Maria, conforme informações do Sr João Rocha, chefe de equipe de regularização fundiária da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária do município de Santa Maria.

## **CAPÍTULO 2 – ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### **2.1 – Características gerais da Vila Brasil em 2003**

A Vila Brasil localizava-se na antiga estrada de Camobi, Antônio Gonçalves do Amaral, zona leste da cidade de Santa Maria. Na década de 1970 teve início ao processo de ocupação dessa localidade. Os moradores ainda conviviam com os protestos dos moradores do bairro São José que eram contrários àquela ocupação, pois a Vila Brasil fazia limite com esse bairro. Por mais de 25 anos os moradores lutaram com dificuldades contra a falta d'água e precárias condições de higiene.

A população residente da Vila Brasil teve a seguinte procedência (conforme pesquisa de trabalho de campo): 2,1% vieram da zona rural da cidade; 45,6% de outras cidades, principalmente de Porto Alegre; e 52,2% vieram de outras regiões da cidade de Santa Maria. Do campo vieram poucas pessoas, porque nessa época o êxodo rural sofria certa estagnação. Contemporâneo a essa ocupação, praticamente todo o Brasil se urbanizou, isto é, a população urbana passou a ser maior que a população rural. Esse processo foi decorrente da industrialização que gerou a concentração de indústrias em determinadas áreas, do comércio e de outras atividades.

Esta vila apresentava características fisionômicas e sociais diferentes das áreas vizinhas. A mais pura concepção de segregação sócio - espacial se notava nesta parte do espaço geográfico, pois a

Vila Brasil, era composta por casas e casebres simples e de uma infra-estrutura precária, e encontrava-se rodeada por belas moradias e, em alguns casos, até grandes mansões.

Isto evidencia muito bem o modo de produção capitalista de nossos dias que privilegia certas áreas em detrimento de outras. Sendo assim, localidades que não oferecem grandes lucros, como a Vila Brasil, são deixadas para trás. Mas essa própria localidade foi fruto desse processo discriminatório e excludente, pois esse lugar foi estruturado por pessoas que não tinham condições de comprar uma casa ou pagar aluguel em outro local. Sendo assim, CORRÊA (1989 p.29) faz o seguinte comentário:

Na sociedade de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere aos bens e serviços produzidos socialmente. No capitalismo as diferenças são muito grandes, e maiores ainda em países como, entre outros, os da América Latina. Habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos comprar o imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas da exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente: correlatos a ela estão a subnutrição, as doenças, o desemprego, subemprego, o baixo grau de escolaridade e o emprego mal remunerado.

O Sr. Antônio, um dos primeiros moradores da Vila, foi entrevistado e disse que a área não fora invadida, mas que fora concedida pelo prefeito da época (década de 1970) que os concedeu temporariamente, prometendo a eles, num futuro próximo, um outro local para morarem.

Esse pequeno povoado apresentava apenas uma rua que fazia com que as residências se situassem dos dois lados da mesma. Esta rua, em dias de chuva, dificultava o transcurso dos moradores, visto que não era impermeabilizada, tornando-se muito lisa em virtude do lodo, razão pela qual esta localidade outrora era chamada de Beco do Resvalo.

Dentro da própria localidade existia certa diferenciação, porque a parte que se voltava mais para o sul era mais bem cuidada que a parte mais para o norte. Isto se refere principalmente à questão da organização e cuidado (limpeza) das residências. Mas no geral o local carecia de uma melhor infra-estrutura, pois o esgoto estava a “céu aberto”, não tendo, nem mesmo, bueiro para o escoamento da água. Como ressaltaram alguns moradores, havia ali pessoas que jogavam o lixo na estrada, fazendo com que ocorresse o entulho das valetas quando chovia e o consequente empoçamento de águas.

Tudo isso gerava certo desconforto para a população da área, principalmente para aqueles que não jogavam lixos na estrada. Se o desconforto fosse a causa principal as coisas até estariam bem, mas na verdade o empoçamento de águas neste local fazia do mesmo um ambiente sempre úmido, que, conforme mostrou a pesquisa, gerava problemas respiratórios em grande parte da população (39,13).

Ainda em relação ao lixo, a pesquisa mostrou que 50% era queimado e 50% coletado. Segundo os moradores, o caminhão que recolhia o lixo não entrava na Vila, mas recolhia o mesmo em dois pontos extremos, ou seja, os moradores levavam o lixo até determinado local de onde era recolhido pelo caminhão. Os moradores que se encontravam mais distantes dos pontos de coletas preferiam queimá-lo.

Na Vila Brasil não havia iluminação pública, mas todas as residências eram servidas por energia elétrica. Também havia em todas as residências água encanada que, segundo o relato dos moradores, era de boa qualidade. Na Vila não tinha associação de moradores, porém havia um líder que fazia as suas reivindicações junto aos órgãos públicos. Mas mesmo não tendo associação de moradores devidamente organizados, os mesmos afirmaram que, numa certa frequência, ocorriam palestras no local e até mesmo missas rezadas pelas irmãs da Igreja Católica. Estas palestras, muitas vezes, tratavam de assuntos relacionados à permanência do pessoal no local e também tratavam de assuntos diversos, das quais a grande maioria da população residente na área afirmou participar.

### 2.1.1 - Habitação e condição social dos moradores da Vila Brasil em 2003

Quanto à questão das moradias, todas as residências construídas eram de madeira. As residências não ofereciam segurança alguma, além de não isolarem contra a umidade, o que contribuía muito para a propagação de doenças respiratórias, tanto para as crianças quanto para os adultos. Como já fora comentado, as moradias construídas mais ao sul eram mais organizadas e de melhor aparência. Diferente das construídas mais ao norte que eram mal elaboradas e em condições de higiene precária (salvo exceções). Segundo a pesquisa, 56,5% dos moradores afirmaram possuir fossas cloacais e 43,5% disseram que não possuíam. Algumas pessoas afirmaram que não possuíam fossas cloacais devido ao pequeno espaço físico da área que era muito reduzido.

Isto gerava um grande desconforto aos moradores que não tinham fossas cloacais, pois se viam na obrigação de usar o banheiro dos vizinhos ou, como afirmaram alguns, fazer as suas necessidades fisiológicas num campo próximo. Sendo assim, SOUZA (1996) comenta que o menor poder aquisitivo das pessoas força-as a se sujeitarem a morarem em espaços insalubres e desprovidos de infra-estrutura.

A pesquisa revelou que havia 46 residências e, portanto, 46 famílias que habitavam na Vila Brasil. Em algumas famílias, como em todos os lugares, havia poucos integrantes, em outras, muitos integrantes. Ao todo este local abrigava 210 moradores, alternando homens, mulheres e crianças. Os números de filhos dos casais eram os seguintes: 73 do sexo masculino e 62 do sexo feminino. A média de filhos por mulher era de 2,9, número este não tão alto se comparado à população de outras áreas subdesenvolvidas. Porém, a concretude dos fatos revelou distorções, pois a pesquisa abrangeu somente os filhos que residiam em casa na época da pesquisa. Deste modo, notou-se que a média de filhos por mulher era maior que o número apresentado acima, só que muitos filhos já haviam casado e não residiam mais com seus pais, não sendo assim integrados na pesquisa. Das 210 pessoas, a grande maioria, 197, era registrada, tendo apenas 13 pessoas que não estavam registradas, demonstrando, assim, a regularidade perante a Lei.

Quanto à questão das residências, o quadro 1 mostra muito bem o número de pessoas que residiam nelas e também as percentagens das mesmas.

Número de residências	Número de pessoas	Percentagens (%)
2	1	4,3%
3	2	6,5%
9	3	19,5%
10	4	21,7%
10	5	21,7%
12	6 ou mais	26,08%
Total 46	210	100%

#### **Quadro 1 - Relação entre o número de residências e o número de pessoas por residência e suas respectivas percentagens na Vila Brasil em 2003.**

Fonte: Trabalho de campo.

Org: BAIRROS, A. de

Para dar um maior entendimento da explicação acima, observe o quadro 2 o qual ressalta sobre o número de peças por residências, não que esta esteja totalmente vinculada àquela, mas, a final de contas, a repartição das residências expressa de algum modo à condição de moradia das pessoas.

Número de peças	Número absoluto	Número relativo
1 a 2	17	36,9%
3 a 4	16	34,7%
5 a 6	12	26,08%

7 ou +	1	2,1%
Total	46	100%

**Quadro 2 - Número de peças por residências, freqüência absoluta e freqüência relativa das mesmas na Vila Brasil em 2003.**

Fonte: Trabalho de campo.

Org: BAIRROS, A de

O estudo do quadro permitiu verificar que do total de residências existentes na Vila Brasil, apenas 2,1% delas possuíam 7 ou mais peças e 26,08% possuíam de 5 a 6 peças. Notou-se também que a maioria das residências (36,9%) eram compostas de 1 a 2 peças. Dada à quantidade de pessoas que habitavam nessas residências, o número de peças era considerado baixo, onde a existência de pouco espaço físico as tornava desconfortáveis. O que explicou a quantidade reduzida de peças nas residências foi o baixo poder aquisitivo das pessoas, onde as mesmas não dispunham de meios para a manutenção e investimentos em suas residências, o que as obrigava a fazer apenas um barraco sem nenhuma divisão interna.

2.1.2 – Análise do grau de escolaridade e da renda mensal dos moradores da Vila Brasil em 2003

Sabendo-se da grande importância da educação na vida de qualquer pessoa, principalmente no mundo ocidental atual e competitivo, a pesquisa na Vila Brasil não poderia deixar de fora este aspecto fundamental. Desse modo, a pesquisa mostrou que os casais possuíam um grau de escolaridade muito baixo, pois 14,6% deles eram analfabetos e nenhum tinha o 1º grau completo. Mas através dos dados adquiridos na pesquisa, percebe-se que as mulheres possuíam um grau de escolaridade ligeiramente superior ao dos homens. Juntamente com a questão escolar é importante frisar à questão econômica. Assim, a mesma está relacionada ao rendimento obtido pelas pessoas nos diversos ramos de emprego ou trabalho. Sendo assim, pesquisou-se sobre a renda mensal adquirida por esses moradores, onde os dados foram inseridos no quadro 3.

Renda média	Número absoluto	Número relativo
Menos de ½ salário mínimo	11	23,9%
De ½ a 1 ½	32	69,5%
De 1 ½ a 2 ½	3	6,5%
Total	46	100%

**Quadro 3 - Resultados da renda média das famílias da Vila Brasil em 2003 em salário mínimo.**

Fonte: trabalho de campo

Org: BAIRROS, A. de

A análise do quadro permitiu verificar que 23,9% dos moradores ganhavam por mês menos de meio salário mínimo, e que a grande maioria (69,5%) não adquiria mais que 1 salário mínimo neste mesmo período, sendo o valor do mesmo de R\$ 200,00 no ano de 2003. Sendo que apenas 6,5% da população recebia mais de 1 salário e meio por mês. Verificou-se também, através da pesquisa, que sete famílias não exerciam atividades remuneradas, obtendo-se sua pequena renda através de doações de outras pessoas.

Além das doações, todas as famílias que tinham seus filhos de 7 a 14 anos na escola recebiam a Bolsa Escola, Auxílio Gás e Bolsa Alimentação. Assim, percebe-se que essas políticas públicas do governo federal contribuíram para combater à fome dessas famílias, pois elas não adquiriam renda



suficiente, por si só, para a própria subsistência. Desse modo, pode-se dizer que tais políticas públicas foram de fundamental importância para essas famílias quando residiam na Vila Brasil.

É importante também ressaltar que em todas as famílias pelo menos 1 integrante era catador de papel, sendo que existia famílias inteiras compostas somente por catadores. Em 86,9% das famílias havia desempregados, sendo que apenas 13,11% possuíam trabalho formal (nestas famílias também se encontrava catadores). Segundo SANTOS (1982, P. 171) “As pessoas que não têm trabalho aceitam tarefas rejeitadas por outras e que não menos remuneradas. Eles assumem também empregos incertos ou mesmos ilegais de maneira a não ficar sem trabalho”.

A Vila Brasil possuía cerca de 210 moradores, mas apenas 69 deles exerciam atividades remuneradas. Do total de pessoas que exerciam atividades remuneradas, 56,9% era composta por homens enquanto que 43,4% compreendiam pessoas do sexo feminino. Verificando novamente o quadro 4, percebeu-se que a maioria dos casais estava numa faixa etária que ia de 19 a 39 anos, mas eram na grande maioria desempregados, realizando apenas o trabalho informal.

Um dos fatores que justificava o grande número de desempregados e a baixíssima remuneração adquirida pelos habitantes dessa vila, era a falta de qualificação da mão-de-obra dos mesmos, pois, como vimos no quadro 5, o grau de escolaridade destas pessoas era muito baixo. Notou-se, então, que a situação de empregos para eles tenderia a piorar se não procurassem qualificar a sua mão-de-obra, porque o mercado de trabalho a cada dia que passa torna-se mais reduzido e exigente, devido ao avanço crescente da tecnologia e aos ajustes da economia. Mas quanto à questão escolar referente às crianças, a pesquisa mostrou que todas as crianças em idade escolar frequentavam a escola.

## 2.2 - A questão da transferência dos moradores

Acontece, porém, que o local onde os ex-moradores da Vila Brasil estavam inseridos localizava-se no limite de um terreno, com alguns metros para dentro do mesmo e alguns metros adentro de uma estrada. Dessa forma, a sua permanência no local era ilegal por esses dois motivos: o terreno era particular; e a estrada era pública. Assim, o Estatuto da Cidade, através da Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001, em seu artigo 183, parágrafo 3º, faz a seguinte referência a espaços públicos: “os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião”.

Dessa forma, os órgãos públicos providenciaram outro lugar para eles morar. Este lugar é o Loteamento Paróquia das Dores na Vila Maringá onde foi montada toda a infra-estrutura básica para a instalação das residências: construção das residências, rede de água e esgoto, eletricidade e pavimentação de estradas.

Porém, acontece que a grande maioria das pessoas (76,9%) não queria sair da Vila Brasil, pois alegavam que se sentiam seguras no local. Além dessa segurança outros motivos faziam essas pessoas quererem permanecer no local, como por exemplo, os “laços com a terra”, pois residiam ali desde a década de 70. Dessa maneira a questão da identidade com o local fez com que esses moradores relutassem bastante para não saírem dali. A história de muitas famílias foi construída ali. Muitos homens e mulheres que brincavam juntos quando eram crianças, casaram e geraram filhos na Vila Brasil. Sendo assim, (SANTOS, 1997) comenta que o sujeito no lugar está submetido a uma convivência longa e repetitiva com os mesmos trajetos, as mesmas imagens, de cuja construção participou, lhes sendo, por isso, familiares.

Dessa forma, fica muito difícil a qualquer pessoa se desprender do lugar que lhe é familiar e costumeiro. Ainda mais quando o “novo” é incerto.

No entanto, é importante destacar que o motivo principal que fazia com que eles desejassem permanecer no local era basicamente econômico, isto é, segundo o relato dos moradores, todos os meses eles eram ajudados por instituições de caridade com cestas básicas. Além disso, recebiam doações de pessoas caridosas, sendo que muitas dessas doações vinham de seus vizinhos (redondeza).

Nas festividades solenes, como a páscoa, o natal e outras comemorações, as crianças ganhavam doces, brinquedos e roupas (que neste caso os adultos também se serviam). Os moradores que não queriam sair da Vila Brasil indagavam principalmente a questão do trabalho, isto é, a renda obtida por eles vinha principalmente da reciclagem de papel e de outros objetos e o local onde estavam situados tinha livre acesso a estes serviços. Por isso, diziam que a localidade, para onde queriam transferi-los, ficava num lugar muito distante dos pontos de coleta. Além do mais, a Vila Brasil estava situada num local de fácil acesso ao Hospital Universitário, paradas de ônibus, e a outra vila não oferecia essas mesmas condições. Também diziam que na Vila Maringá havia muitos catadores e isto poderia prejudicar o trabalho deles.

As pessoas que desejavam sair dali eram a minoria (23,1%) e alegavam não ter segurança no local, falta de oportunidades de empregos e falta de higiene coletiva (principalmente a questão do lixo e esgoto). Afirmavam que, mesmo tendo que pagar uma taxa por mês pela nova moradia teriam seu espaço físico ampliado, além de um melhor conforto de vida.

No entanto, é importante frisar que um dos motivos que fazia com que a grande maioria não desejasse sair dali, como já se ressaltou, era econômico e neste caso entra a questão do pagamento da casa na outra vila. E mesmo que o pagamento fosse parcelado, como bem destacaram muitos moradores, muitas destas pessoas adquiriam certa renda somente para a subsistência. Então, como poderiam pagar visto que muitas famílias, conforme mostrou a pesquisa, não ganhavam nem mesmo um salário mínimo mensal? Eles não sabiam como poderiam pagar.

A Vila Maringá localiza-se na região sudeste do município de Santa Maria, conforme mostra o mapa na p.12, fazendo limite com os bairros Cerrito e Camobi. Dentro da Vila Maringá foi construído esse loteamento de habitação popular, chamado Loteamento Paróquia das Dores. O Loteamento Paróquia das Dores é uma realização da prefeitura municipal de Santa Maria em parceria com a igreja Paróquia das Dores, a qual doou a área para a construção das residências. O projeto, porém, é do Governo Federal e chama-se Programa Habitar - Brasil. Através desse Programa foram construídas 178 residências, sendo 102 com 36m<sup>2</sup> e 76 com 30m<sup>2</sup>, segundo relata o Sr. João Rocha.

Os demais habitantes do Loteamento Paróquia das Dores são provenientes dos bairros Lídia, Renascença, Oliveira e Cerrito, onde, segundo informações do Sr. João Rocha, moravam em lugares caracterizados como áreas de riscos.

Segundo o Sr. João Rocha realizou-se um contrato entre a prefeitura, mais precisamente a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, e os moradores do Loteamento Paróquia das Dores. Esse contrato é o chamado contrato de concessão pelo qual ficou estabelecido que os moradores desse loteamento só serão nomeados proprietários das residências se o cumprirem rigorosamente. Nesse contrato, estabelecido em 2004, quando o salário mínimo era de R\$ 260, 00, foi determinado um valor de R\$ 18,30 mensais por 15 anos, observando os ajustes em salário mínimo de cada ano. Isto é, durante 15 anos os moradores deverão pagar essa taxa todos os meses para poderem ser nomeados, oficialmente, proprietários das residências. Se deixarem de pagar em qualquer mês, diz o Sr. João Rocha, não terão a escritura das mesmas.

Quanto à questão socioeconômica percebe-se que as pessoas residentes na Vila Maringá, principalmente no Loteamento Paróquia das Dores, são caracterizadas por baixa renda, nível de escolaridade baixo, nenhuma qualificação profissional e, conseqüentemente, alta percentagem de desempregos nas famílias. Porém, conforme comenta o Sr. João Rocha, muitos melhoraram a sua condição socioeconômica porque estão pagando a casa própria. Isto é, mobiliaram suas casas e as mantêm bem limpas e cuidadas.

Segundo informações do Sr. João Rocha, quando os moradores dessas antigas áreas de riscos vieram residir nesse loteamento, a creche e a escola da Vila Maringá foram ampliadas e muitos profissionais foram contratados para trabalhar nelas. Um dos pontos positivos, conforme o Sr. João Rocha é a proximidade da escola e do posto de saúde com esse loteamento, facilitando assim o deslocamento das crianças, bem como dos adultos até esses locais.

Os moradores da Vila Brasil ou Estrada do Amaral foram transferidos para o Loteamento Paróquia das Dores, na Vila Maringá, no ano de 2004. Nesse loteamento residem nas ruas A e B. Essa localização se refere à última parte da Vila Maringá.

### **2.3 – O contexto social dos ex-moradores da Vila Brasil na Vila Maringá**

Das 46 famílias que residiam na Vila Brasil na época em que se realizou a pesquisa (abril de 2003) apenas 30 foram residir no Loteamento Paróquia das Dores, na Vila Maringá. As demais famílias foram para outros locais, alegando, conforme relato dos moradores, não valer a pena ir residir ali em consequência da distância dos locais de coleta do papel, do plástico e demais objetos reciclados por eles. Isto porque, conforme se constatou na pesquisa realizada em abril de 2003, todas as famílias residentes na Vila Brasil trabalhavam com reciclagem.

Como as residências visitadas são populares, isto é, construídas pela prefeitura com a finalidade de abrigar as pessoas provenientes de áreas de riscos (neste caso, da Vila Brasil), todas apresentam a mesma configuração. Isto é, são feitas de alvenaria e possuem três peças cada uma: uma cozinha, um quarto e um banheiro. A fonte de energia dessas residências, conforme mostrou o trabalho de campo, é a elétrica e a água é encanada. Quando questionadas a respeito da qualidade da água, todas as pessoas responderam que é de boa qualidade.

Todo o lixo gerado pelos moradores é coletado pelo caminhão. Dessa maneira percebe-se que não há lixo jogado na rua nem trancando os bueiros. Assim, não há nem acúmulo de água na frente das residências. No que se refere à iluminação pública, vê-se que há uma boa iluminação, pois no local onde estão residindo, a cada aproximadamente 10 metros, há uma lâmpada no poste fixada pela prefeitura.

Em relação ao aspecto condizente ao saneamento básico e também à iluminação pública, pode-se perceber a diferença em relação à situação na Vila Brasil. Isto é, era uma situação de precariedade porque, conforme mostrou a pesquisa na época, o lixo era jogado na rua e trancava as valetas, gerando acúmulo de água; também não havia iluminação pública. Quanto a essa questão os moradores não exitam: todos os entrevistados disseram que melhorou. Em relação à saúde, a pesquisa atual revelou que não há problemas relacionados ao saneamento básico, pois no geral as pessoas têm apenas gripe.

O total da população é de 119 pessoas. Portanto, percebe-se que houve uma diminuição muito grande das pessoas que antes residiam na Vila Brasil, pois era uma população de 210 pessoas. Isto se deve ao fato, como já vimos, de muitas famílias não terem vindo para a Vila Maringá.

Em relação à variável número de filhos e filhas por casal, a pesquisa mostrou que há 43 do sexo masculino e 42 do sexo feminino. A média de filhos por mulher é de 3,1. Antes, essa média era de 2,9 filhos por mulher mostrando que praticamente não houve alteração quanto a esse dado.

Todas as pessoas das famílias visitadas são registradas, indicando que existe uma regularidade perante a lei. Antes, quando residiam na Vila Brasil, havia 13 pessoas que não eram registradas.

Quanto à questão da escolaridade das crianças, a pesquisa revelou que todas as crianças em idade escolar freqüentam a escola. O fato de muitas crianças freqüentarem a escola pode ser consequência dos benefícios decorrentes dessa prática. Isto é, como a renda de muitas famílias está na base de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, as mesmas recebem a Bolsa Escola. No entanto, para as famílias receberem e continuarem com esse benefício, as crianças de 7 a 14 anos são obrigadas a estudarem. Caso contrário, são desligadas do programa.

No que se refere à associação de bairro, a pesquisa mostrou que tal organização não existe. Dessa forma, percebe-se que perdem no tocante à reivindicação de seus direitos. Isto porque tais associações têm por finalidade abrir espaços para os moradores discutirem sobre os problemas pertinentes a sua localidade e, assim, buscar métodos para solucioná-los coletivamente.

Em razão disso, faz-se necessário uma iniciativa de pessoas especializadas da prefeitura no sentido de organizar uma associação de bairro, na Vila Maringá como um todo. Assim, as pessoas

poderão expor as suas necessidades e trocar experiências entre moradores e, assim, gradativamente lutar por melhores condições de vida. No tocante a isso, o Sr. João Rocha comentou que a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária tentou organizar uma associação de bairro no Loteamento Paróquia das Dores, colocando pessoas especializadas para organizá-la, mas não deu certo. Os resultados de tal organização foram negativos porque os moradores desse Loteamento passaram a taxar os voluntários de tal organização de “bajuladores” da Secretaria. Dessa maneira, preferiram se afastar desse projeto para evitar algum tipo de represália.

### 2.3.1 – Análise acerca do nível de escolaridade e renda mensal dos moradores

Além da análise da faixa etária dos casais, um estudo minucioso da educação dos mesmos é muito importante na compreensão de elementos relacionados aos aspectos socioculturais de qualquer sociedade. É nesse ínterim que novamente se enfatiza uma abordagem reflexiva acerca do nível de instrução dos casais. Por isso, o quadro 10 traz os números condizentes aos fatos.

No que se refere aos números referentes ao nível de instrução dos casais, pode-se afirmar que quase nada mudou em relação à última pesquisa. Isto é, a percentagem de pessoas analfabetas continua praticamente a mesma, apenas diminuiu um pouco de 14,6% para 12,7%; as pessoas com o 1º grau incompleto permanecem na casa dos 80%. Apenas houve uma alteração radical no que tange às pessoas com o 1º completo. Ou seja, na Vila Brasil não tinha nenhum morador com o 1º grau completo.

Na atualidade, porém, há duas pessoas com esse nível de estudo. Essas são, na verdade, um casal de jovens que se diferenciam das demais pessoas de sua localidade pelo seu nível de instrução. Na verdade, conforme dados da pesquisa, ele tem o 2º grau completo e ela o 2º grau incompleto. Ele provavelmente era um jovem que estava cursando a 8ª série no período em que se realizou a pesquisa na Vila Brasil. Sem dúvida nenhuma o nível de instrução desse casal representa um salto qualitativo no que se refere à melhora no nível de educação dos ex-moradores da Vila Brasil.

Esse jovem, que completou o 2º grau escolar, é bombeiro. Portanto, não há dúvida que existe uma relação intrínseca entre nível de instrução e qualificação profissional. E essa, conseqüentemente, influenciará diretamente sobre a renda das pessoas. Sendo assim, o quadro 4, inserido abaixo, apresenta a renda média das famílias em salário mínimo.

Renda média	Frequência absoluta	Frequência relativa
Menos de ½ salário mínimo	3	11,1%
De ½ a 1 ½	19	70,3%
De 1 ½ a 2 ½	5	18,5%
Total	27	100%

#### **Quadro 4 - Resultados da renda média das famílias no Loteamento Paróquia das Dores, na Vila Maringá, em salário mínimo em 2006.**

Fonte: trabalho de campo

Org: BAIRROS, A. de

## **CAPÍTULO 3 – COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS**

A pergunta chave do questionário aplicado aos ex-moradores da Vila Brasil foi a seguinte: A saída de vocês da Vila Brasil para a Vila Maringá melhorou ou piorou as condições de vida? A resposta dos moradores comprovou que a maioria das pessoas não está satisfeita com o lugar atual de sua residência, pois 37,3 % responderam que melhorou e 62,7 % responderam que piorou.

A pesquisa mostrou, então, que a maioria dos moradores comentou que piorou as suas condições de vida por causa da grande distância que se tem da Vila Maringá até aos pontos de coletas de materiais de reciclagens. Quanto a isso ninguém discorda: todos os moradores reclamaram da distância, até mesmo quem não trabalha com reciclagem. Em relação aos moradores que trabalham com reciclagem, pode-se dizer que a reclamação principal está no fato de terem que se deslocar até ao bairro Camobi ou bairro Centro, visto que nas redondezas não conseguem coletar nada porque muitos moradores da Vila Maringá também realizam esse serviço. Por isso, se deslocam principalmente até aos locais fixos de coletas, como construções civis e casas particulares porque na rua, segundo informações dos moradores, é difícil de encontrar objetos recicláveis.

Os ex-moradores da Vila Brasil também reclamaram que há falta de mercados maiores para a realização das compras de alimentos e bom atendimento hospitalar. No que se refere à questão de atendimento à saúde percebe-se, conforme mostra a pesquisa, que os moradores reclamam do posto de saúde porque é pequeno e tem que atender a todos os moradores da Vila Maringá. Muitos moradores falaram que, para conseguir uma ficha para o atendimento médico, é preciso se dirigir de madrugada para o posto de saúde. João Rocha, porém, comentou que vai ser construído mais um posto de saúde na Vila Maringá, no mais tardar daqui a dois anos.

Outra reclamação se refere à questão da segurança, pois, conforme comentário deles há muitos roubos em suas residências, até das cargas de objetos reciclados. Dessa maneira, nunca podem deixar a residência sem alguém estar cuidando. Dizem também que ocorre muita briga em seu redor, até mesmo tiroteios, principalmente nos finais de semana. Em consequência disso a grande maioria das pessoas entrevistadas se sentem inseguras no local, sendo que apenas duas pessoas se sentem com segurança. Na Vila Brasil, a pesquisa mostrou o contrário quanto à segurança, pois 76,9% das famílias comentaram que havia segurança no local.

Apesar da maioria dos moradores responderem que a mudança para a Vila Maringá, ou mais precisamente para o Loteamento Paróquia das Dores, tenha piorado as suas condições de vida (fácil acesso aos locais de reciclagens, a mercados baratos e ao hospital universitário), a análise dos questionários mostrou uma melhora geral em todos os aspectos em relação à antiga Vila Brasil. No que se refere à moradia e saneamento básico, percebe-se uma melhora radical, pois na Vila Brasil o esgoto estava a “céu aberto”; não tinha iluminação pública; do lixo parte era queimado, ficando restos do mesmo no local da queimada; e muitos moradores não tinham nem fossas cloacais, tendo que fazer as suas necessidades fisiológicas num campo próximo ou no banheiro dos vizinhos. Já no Loteamento Paróquia das Dores, na Vila Maringá, conforme ressaltou a pesquisa, o saneamento básico é muito bom e as residências são todas de alvenaria, com cozinha, quarto e banheiro. Quanto à melhora em relação ao saneamento básico e moradia, há uma concordância até mesmo entre muitos dos que comentaram que a mudança para esse loteamento piorou a sua condição de vida.

No que concerne à questão do grau de escolaridade dos casais, a melhora foi pouca, mas aconteceu, pois na Vila Brasil nenhuma pessoa residente tinha nem mesmo o primeiro grau completo. Agora, entre esses mesmos moradores, ainda que não seja consequência da mudança, há uma pessoa com o 2º grau incompleto e outra com o 2º completo. O percentual de analfabetos também diminuiu. Quanto à qualificação profissional e empregos com renda também houve mudanças positivas porque tem um que é bombeiro; outro que é zelador; vários pedreiros e um casal que trabalha com a agricultura. Assim, essas pessoas não estão submetidas apenas ao serviço de reciclagens, conforme acontecia antes, podendo aumentar a sua renda mensal e melhorar a sua condição de vida. Dessa maneira, percebe-se que a diversificação profissional é positiva, pois faz com que as chances de empregos sejam maiores.

No tocante a média de salário mínimo, os dados da pesquisa comprovam: a renda das famílias aumentou. Essa afirmação é referente aos dados do quadro 11, principalmente no intervalo de 1 ½ a 2 ½ salários mínimo. Um dos motivos que causou um aumento na renda média dos moradores é a questão da aposentadoria, pois em 18,5% das famílias há alguém aposentado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de urbanização do Brasil como um todo provocou o afastamento das pessoas de menor renda para a periferia dos centros urbanos, isto é, para locais desprovidos da assistência do Estado. Isso foi conseqüência do encarecimento dos lotes urbanos, provocado pela valorização das áreas centrais, fruto dos investimentos de capitais em tais locais pelos detentores do poder. Assim, quem não tinha renda suficiente para comprar o seu terreno, e construir a sua casa nas áreas nobres da cidade e outros locais mais valorizados, foi empurrado para as periferias em locais muitas vezes considerados como áreas de riscos.

Em Santa Maria, RS o processo de encarecimento dos lotes urbanos também foi fato. Conseqüentemente, quem não possuía renda suficiente para morar nas áreas privilegiadas da cidade também sofreu com os reveses da marginalização social. Foi assim que na década de 1970 um grupo de moradores se deslocou até ao bairro Camobi, dando origem a uma localidade denominada Vila Brasil, também chamada de Beco do Resvalo ou Estrada do Amaral.

Na Vila Brasil esses moradores construíram a sua história marcada por muitas dificuldades principalmente econômicas, pois conforme dados da pesquisa que se realizou no local no ano de 2003, a renda média das famílias em reais era muito baixa, não sendo muitas vezes suficiente para suprir as necessidades básicas de sobrevivência da população local. A pesquisa também revelou que o grau de escolaridade da população dos ex-moradores da Vila Brasil, bem como a sua a qualificação profissional, era muito baixo.

A questão da moradia e saneamento básico mostrou-se também em intensas precariedades. O trabalho desses moradores se definia basicamente na coleta de objetos recicláveis com a finalidade de venda dos mesmos. Essas famílias recebiam doações de seus vizinhos, as quais eram bem vindas em decorrência de suas dificuldades econômicas. Como já se ressaltou, desde a década de 70 residiram nessa localidade, construindo assim, intensos laços com a “terra”.

Porém, a prefeitura os tirou dali no ano de 2004 levando-os para o Loteamento Paróquia das Dores na Vila Maringá. A resistência desses moradores para permanecer no local foi grande, alegando principalmente a questão da distância dos locais de coletas, para reciclagens. Isto é, diziam que teriam muita dificuldade para realizar o seu trabalho na Vila Maringá, pois tal local se localiza retirado de Camobi e do centro da cidade.

As reclamações não foram suficientes para permanecerem na antiga Vila Brasil, pois haviam construído suas residências no local de passagem de uma estrada. Dessa forma, das 46 famílias que ali residiam, 30 foram para o Loteamento Paróquia das Dores e as 16 famílias restantes para outros locais. A pesquisa com os moradores transferidos para o Loteamento Paróquia das Dores, revelou uma melhora para os mesmos em todos os aspectos socioeconômicos. A renda em salários mínimos aumentou, a qualificação profissional também aumentou, melhorou a questão de saneamento básico, as residências também melhoraram, pois todas são construídas de alvenaria. Mas, mesmo melhorando nesses aspectos, todas as pessoas reclamaram da grande distância da Vila Maringá em relação a bons supermercados, hospitais e locais de trabalho. Por isso, muitas pessoas disseram que a sua condição de vida piorou embora os dados da pesquisa provassem o contrário.

Portanto, apesar das dificuldades enfrentadas pelos ex-moradores da Vila Brasil, no Loteamento Paróquia das Dores, consoante à distância do trabalho, hospital, mercados mais baratos, conforme relatos próprios, o fato de possuírem a sua própria residência já é um grande avanço. Tal afirmação se baseia no fato de que a conquista da casa própria, com estrutura completa e bem organizada, os estimulará na busca de melhores condições de vida e sonhos possíveis de serem concretizados.

## **BIBLIOGRAFIA**

**ALMANAQUE ABRIL.** São Paulo: Abril, 1998.

- BOLFE, Sandra Ana. **As transformações do espaço urbano de Santa Maria, RS, e sua região: tendências e condicionantes**. São Paulo, 2003. Tese de Doutorado.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e Indústria**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1990.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- DOLLFUS, Olivier. **O espaço geográfico**. Trad. Heloysa de Lima Dantas. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- ESTATUTO DA CIDADE. Dispositivos Constitucionais** Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001 e Lei nº. 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Brasília – 2001.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA**, disponível em:  
<<http://www.fee.tche.br/sitefee>> último acesso em 20/05/2006.
- MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**, disponível em:  
<<http://www.mds.gov.br>> último acesso dia 08/09/2006.
- PERUZZO, Dilvo. **Habitação: controle e espoliação**. São Paulo: Cortez, 1984.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA**, disponível em:  
<<http://www.santamaria.rs.gov.br>> último acesso dia 20/05/2006
- RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz & AZEVEDO, Sérgio de. **A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradias nas Cidades Brasileiras**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. Trad. de Antonia Deá Erdens & Maria Auxiliadora da Silva. Rev. José Fernandes Dias. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Urbanização e Desenvolvimento no Brasil Atual**. São Paulo: Ática, 1996. p. 54.
- SOUZA, Maria Adélia de. **Governo Urbano**. São Paulo: Nobel, 1998.
- URRUTIA, Rejane Aires. **Urbanização: crescimento da área urbana, espaços ociosos e especulação imobiliária no município de Santa Maria – 1980/2000**. Santa Maria, 2002. Monografia de Especialização.